



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA, FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA GALA DE ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO NACIONAL SOBRE GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES, AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS, HOTEL AFECC GLÓRIA, CIDADE DE MAPUTO.

CIDADE DE MAPUTO, 30 DE JANEIRO DE 2023

Senhor Primeiro-Ministro;

Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Senhores Ministros, Vice-Ministros e Secretários de Estado;

Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Meus Camaradas;

Ilustres Representantes de Parceiros de Cooperação;

Magníficos Reitores de Universidades aqui presentes;

Senhora Presidente do Instituto de Gestão e Redução do Risco de Desastres;

Senhores PCAs, Administradores e Directores de Empresas Públicas e Privadas aqui presentes;

Senhores Membros das Associações Económicas, Profissionais e Recreativas;

Senhores Dirigentes e Colaboradores da Revista Banca & Seguros;

Caros Amigos da Comunicação Social;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Permitam-me, em primeiro lugar, que saúde todos, por nos honrarem com a vossa presença neste acto que toca o nosso coração.

Saúdo e felicito a Revista Banca & Seguros, este órgão de comunicação que decidiu se especializar nos sectores da Banca, Seguros e Mercado de capitais, dirigido e gerido por uma equipa de jovens moçambicanos.

Esta iniciativa pretende contribuir e, desta maneira, promover a inclusão e literacia financeira, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento económico e social do país.

De uma forma destacada, saúdo e agradeço ao Professor Doutor Pedrito Cambrão, nosso Padrinho nesta Gala de Atribuição do Prémio, pelas palavras que descrevem todo o processo e que muito nos comoveram.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Quando em Fevereiro do ano passado em Adis Abeba, Etiópia, fomos nomeados pela União Africana como Campeões de Gestão de Risco de Desastres em África, mergulhámos imediatamente na reflexão sobre a decisão da nossa organização continental, procurando compreender o seu alcance.

Aceitámos aquela grande honra, com muita humildade e responsabilidade, procurando sempre perceber a natureza do título e da nossa escolha, com a intenção de dar o nosso melhor.

Disseram-nos que aquela decisão se fundamentava no reconhecimento do continente ao nosso trabalho na luta contra os impactos dos desastres naturais.

Pesou, em particular, o facto de Moçambique, como país, ter conseguido desenvolver uma capacidade institucional para se lidar com fenómenos naturais extremos, evitando, desta forma, a perda de muitas vidas e bens. Ficou claro que o mundo estava atento e a acompanhar o que os moçambicanos estavam a fazer.

Foi com a atribuição deste título Africano que ficámos mais confiantes naquilo que estávamos a fazer em relação à nossa prontidão e gestão de danos e perdas, causados pelos desastres.

A atribuição, hoje, do Prémio Nacional de Gestão do Risco de Desastres, Ambiente e Mudanças Climáticas, o qual aceitámos com muito apreço e profunda humildade enche-nos de orgulho, por ser mais um reconhecimento sobre o que temos estado a fazer em prol da humanidade.

O nosso apreço ganha valências por ser atribuído por uma entidade jovem e nacional, pois ninguém conhece melhor Moçambique do que os próprios moçambicanos, ninguém conhece melhor o desempenho das nossas instituições do que os moçambicanos.

Caros Presentes!

As mudanças climáticas são uma realidade indesmentível, cujos efeitos são todos os dias visíveis no nosso país e no mundo.

Da realidade que o mundo, hoje, vive, é difícil separar os desastres do ambiente e das mudanças climáticas por existir uma relação de causa-efeito muito forte.

Intempéries e Fenómenos desta natureza, no mundo e em Moçambique, estão, actualmente, a ser cada vez mais frequentes e intensos, com impactos mais devastadores por causa das mudanças climáticas.

Isso deixa-nos todos atentos e conscientes da necessidade de sermos mais criativos e inovadores nos instrumentos e métodos de prevenção, protecção e recuperação.

Com a degradação do ambiente natural, em particular, da biodiversidade, os eventos climáticos tornaram-se mais severos e quando as intempéries são mais frequentes e extremas, aumenta a vulnerabilidade das populações e a degradação do ambiente.

Depois dos mega-ciclones Idai e Kenneth, que vivemos em 2019, em resposta aos danos e perdas causados, vislumbraram-se, essencialmente, duas fontes para o financiamento de recuperação das destruições:

- (i) o orçamento de Estado que, como sabemos, é exíguo; e
- (ii) as contribuições dos doadores que nem sempre aparecem de forma atempada ou em quantidades necessárias.

Por isso, quando em Novembro de 2022, a Revista Banca e Seguros organizou uma Conferência Internacional sobre Seguro Soberano contra Desastres, ficámos encorajados ao saber que o sector privado nacional já estava a movimentar-se no sentido de abraçar o seguro contra desastres naturais no conjunto dos seus negócios.

Ao reunir entidades relevantes na busca de soluções financeiras concretas para mitigar os efeitos da exposição do país aos impactos socio-económicos das mudanças climáticas e reflectir sobre os desafios e oportunidades que o estabelecimento deste tipo de seguro no país, a Banca e Seguros evoluiu a narrativa nacional na história de seguros, participando com soluções para a redução da vulnerabilidade dos moçambicanos e os seus bens.

Ainda, muitas apólices de seguros não contemplam a cobertura contra desastres naturais. O seguro de risco contra desastres é uma raridade no país.

Para o caso dos automóveis, por exemplo, o normal é ouvirmos falar de seguro contra roubo/furto ou terceiros. Mas dificilmente encontramos seguro para situações como ventos fortes, chuvas intensas que podem danificar a nossa viatura ou a nossa residência.

O acesso a produtos e serviços de seguros adequados e acessíveis deve fazer parte da resposta na estratégia global de financiamento do risco de desastres.

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Estamos habituados a responder aos desastres naturais depois do evento acontecer.

Além dos avisos prévios e preparação prévia, que muito melhorou nos últimos anos, e felicito, por isso, o seguro contra desastres, se for bem gerido, também pode constituir um bom mecanismo de resposta antecipada para a redução do risco, gestão e recuperação previsível e sustentável dos danos causados pelos desastres naturais.

São muitos os acontecimentos causados pela natureza que podem levar o assegurado a accionar a cobertura de seguros contra desastres. Desde eventos da camada de alto risco, de risco moderado, até aos de baixo risco.

Em Setembro do ano passado, a Universidade Eduardo Mondlane conferiu-nos o grau de Doutor Honoris Causa em Conservação da Biodiversidade e Mudanças Climáticas.

Com este gesto, a Universidade Eduardo Mondlane reconhecia aquilo que tentamos fazer em prol do uso sustentável de recursos naturais e ambientais.

Para nós, constituiu um encorajamento dos nossos esforços na promoção da prosperidade dos moçambicanos e a sua resiliência às mudanças climáticas, permitindo a adaptação da vida socio-económica do país, sem prejudicar o ambiente.

Enquanto o título honorífico atribuído pela UEM representa um reconhecimento da academia, o prémio que hoje temos a honra e a humildade de receber, é uma indicação de que o que

estamos a fazer também tocou no coração do sector privado, da banca e da classe jornalística, em particular, outros sectores-chave da nossa economia e sociedade.

Sei muito bem que os nossos sucessos nas áreas de gestão de risco de desastres, protecção do ambiente e adaptação às mudanças climáticas não são obra de um único cidadão chamado Filipe Nyusi. Estes ganhos, desde os tempos idos até hoje, são de todos os moçambicanos. Por isso, mais uma vez, aceitamos receber este prémio, em nome do povo moçambicano que, ao longo dos anos, abraçou, com a devida seriedade, a agenda comum de aumentar a nossa resiliência aos eventos climáticos extremos, de protecção do ambiente e a biodiversidade, como também de gerir o risco de desastres.

Ninguém se deve auto-excluir deste reconhecimento.

Todos fazemos parte de um povo resiliente aos eventos extremos entre - ciclones, chuvas intensas, cheias, inundações; secas; pragas; incêndios; queimadas descontroladas; epidemias e pandemias; erosão; aluimentos de terras; derrames de hidrocarbonetos; terremotos; maremotos; vendavais e muitos outros, incluindo desastres de origem humana.

Compatriotas!

No nosso exercício de procura de soluções, nos últimos anos, o governo está a trabalhar no sentido de aumentar a nossa capacidade e prontidão, de prevenir e gerir os desastres naturais, de recuperar os danos e perdas e de reforçar a nossa resiliência.

Acreditamos que esta pode ser uma das razões que moveu o júri a avaliar favoravelmente a nossa acção.

Entre as medidas importantes que tomámos, podemos destacar as seguintes:

- (i) As Estratégias Nacionais de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas 2013-2025 e de Segurança Social Básica 2016-2024;
- (ii) A aprovação do plano estratégico a longo prazo – o **Plano Director de Redução de Riscos de Desastres** (2017-2030) que está alinhado a nível internacional com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030. Esta é a estratégia que definiu a necessidade de estabelecer os mecanismos de protecção

financeira contra calamidades e instrumentos de transferência de riscos para o sector privado e seguros soberanos;

- (iii) O Decreto Presidencial nº 41/2020, de 28 de Dezembro, que cria a Entidade Coordenadora de Gestão e Redução do Risco de Desastres, portanto, o INGD, com vista a elevar as responsabilidades do anterior Instituto Nacional de Gestão de Calamidades para permitir que haja uma maior agilidade e eficiência na actuação e na tomada de decisão.
- (iv) A aprovação do Fundo de Gestão das Calamidades, em Julho de 2017, para reforçar o processo de protecção financeira contra calamidades;
- (v) A aprovação, pela Assembleia da República, da Lei n.º 10/2020 de Gestão e Redução do Risco de Desastres que responsabiliza o Governo para aprovar instrumentos para seguros paramétricos contra os desastres;
- (vi) A aprovação, através da Resolução No. 35/2022 do Conselho de Ministros, do **Plano de Protecção Financeira contra Desastres (2022-2027)**, que estabelece mecanismos de financiamento para as intervenções pós-desastre, através da contratação de seguros soberanos contra desastres.

É no contexto destas reformas institucionais, estratégicas e legais que estamos a envidar esforços como Governo, para viabilizar o **seguro contra desastres**.

Neste momento, no país, no âmbito do Programa de Gestão do Risco de Desastre e Resiliência – Ciclones Tropicais e Precipitação, o Governo, em parceria com o Banco Mundial, já contratou uma seguradora para prover o seguro soberano contra desastres naturais (ciclones e precipitação). Este seguro, tecnicamente denominado Seguro Paramétrico de Índice Climático (Soberano) tem como Objectivos:

- i) Possibilitar uma intervenção rápida contra os impactos negativos dos desastres;
- ii) Fortalecer a capacidade financeira de gestão de calamidades e ampliar a resiliência financeira contra ameaças naturais múltiplas;
- iii) Garantir o uso eficaz e eficiente dos fundos de resposta a desastres, bem como promover os incentivos correctos, para prevenção e as condições adequadas para uma reconstrução resiliente.

Naturalmente, o processo que iniciámos irá incluir a refinação da nossa legislação sobre seguros e outros elementos relacionados, para promover e facilitar um melhor ambiente de negócios de seguros contra desastres.

Para as seguradoras, este é o início de mais oportunidades para uma maior diversificação do risco e aumento do volume de negócios, o que resultará no reforço da nossa cultura de protecção financeira e dos seguros.

Um bom mercado privado de seguros contra desastres irá claramente alargar a nossa capacidade de resposta a calamidades naturais.

O Governo tem a responsabilidade de facilitar o crescimento deste mercado, no âmbito do reforço da capacidade de responder cabalmente às exigências de reparação de danos e perdas ou reconstrução, como também o reforço de resiliência das comunidades e das empresas perante os impactos das intempéries.

Termino, manifestando a minha gratidão aos promotores desta iniciativa Banca e Seguros, pela nossa nomeação como recipientes do primeiro Prémio Nacional de Gestão do Risco de Desastres, Ambiente e Mudanças Climáticas. O que prometemos é dignificá-lo com mais trabalho, nosso foco, para não defraudar desta grande honra.

Uma última palavra para o sector empresarial, em particular o bancário e o de seguros - o que está na forja é uma grande oportunidade de fazer negócios.

Fazer negócios com humanismo, com transparência e com Moçambique no coração. Por isso, o seguro contra desastres é uma forte expressão da vontade do Governo de ver acelerada a redução dos danos e perdas, causados pelos eventos climáticos e na necessidade de reforçar nossa resiliência e adaptação perante as mudanças climáticas.

Parabéns, Revista Banca e Seguros!

Pela atenção dispensada, muito obrigado!